



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/encontramo-nos-no-exilio/>

Encontramo-nos no exílio: uma possibilidade para o reencantamento ambiental necessário

Marcela Elisa Beraldo de Paiva¹

Eduardo Marandola Jr.²

RESUMO: É do ponto de partida das epistemologias latino-americanas que começamos nossa investigação sobre quão potente seria a reinvenção de nossas existências, enquanto possibilidade de sobrevivência às catástrofes todas que nos envolvem nestes tempos pós-pandêmicos (mas não só neles). Neste contexto de crises, reinventaríamos a labuta cotidiana? Por reinvenção dizemos reencantamento, daqueles em que se faz necessário um tanto de magia, sim, e um pouco da destreza que emerge nos encontros da vida. Por meio da experiência fenomenológica, entramos em uma virada linguística, na qual percebemos que há uma possibilidade de reencontro dialógico do nós-vocês e que, a partir dele, uma brecha se abre no chão que vivemos, e dela emerge uma maneira de ser no mundo, mais encantada, mais encarnada.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologias. Encanto. Palavras.

We'll see each other in exile: a possibility for the necessary environmental re-enchancement

ABSTRACT: It is from the starting point of Latin American epistemologies that our investigation into what would be the reinvention of our existences, as a possibility of survival through post-pandemic times (but not only in them). In this context of crises, would we reinvent everyday toil? By reinvention we say re-enchancement, those in which a bit of magic is needed, yes, and a little of the dexterity that emerges in life's encounters. Through the phenomenological experience, we

1 Professora da Educação Básica do Estado de São Paulo, graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista, Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas e graduanda em Letras pela Universidade Cruzeiro do Sul. marcelaelisa@prof.educacao.sp.gov.br

2 Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas. eduardo.marandola@fca.unicamp.br



enter into a change in the words we speak and realize that there is a possibility of a dialogical reunion of the we-you and that, from it, a breach opens up in the ground we live, and from it emerges a way to be in the world, more enchanted, more incarnate.

KEY-WORDS: Epistemologies. Enchantment. Words.

Uma história

Nossa luz é a luz dos vagalumes, que acendem e apagam

Heráclito

Toda epistemologia é um contar de histórias do mundo.

Histórias da produção do conhecimento. Histórias de como e em que condições é possível (ou não) conhecer. Mas “histórias” (no plural) e conhecimento (epistemologia) não parecem se referir ao mesmo universo semântico. O conhecimento, simplificado como sinônimo de científico, nega a pluralidade, metodológica ou de formas de conhecimento. Esse é o sentido comum de epistemologia a que estamos majoritariamente acostumados em nossas formações acadêmicas.

Trazer a epistemologia para o campo da narratividade, à maneira de Paul Ricoeur, no entanto, cria algumas dobras e possibilidades de desvios. A ‘composição da intriga’, tão cara ao autor de ‘Tempo e narrativa’ (RICOEUR, 1994), permite antever outra projeção a partir da ‘logia’ das ‘epistemes’ que, enquanto histórias do mundo, devem ser sempre pensadas em sua pluralidade.

Há nesta guinada narrativa da epistemologia um sentido situacional, posicionado, que a desloca de seu atributo formalizado (como Teoria do Conhecimento), para um aterramento geográfico e político. Histórias e, por que não, geografias do mundo.

Tal posicionar-se é ao mesmo tempo um situar-se, o que implica, para este ensaio, que partimos das epistemologias latino-americanas, ou seja, de nossas próprias histórias e geografias, para pensar nosso questionamento quanto à potência da reinvenção das existências enquanto possibilidades de sobrevivência às catástrofes que nos envolvem nestes tempos que se anunciam pós-pandêmicos (mas não só neles). Dois mil e vinte espalhou cartas sobre a mesa e nos mostrou



que *não há para onde ir para escapar das experiências* que inundam o mundo todo e nos colocam frente a frente com um de nossos mais agudos medos: sobreviver.

Quando a pandemia da COVID-19 se instaurou, no início de 2020, uma brecha se abriu neste lugar em que vivenciamos o encurralamento em nossas casas a fim de mantermos as medidas necessárias para não morrermos – para continuarmos. Aqui, a morte se refere, sim, ao desencarnamento (aquilo que perde sua carne) e, na mesma medida, ao não-ser. Continuar e não-ser, ao mesmo tempo, também é morte. Percebemos, assim, duas nuances, no mínimo: Que todos estávamos isolados e juntos, e que há lugares impossíveis de sobreviver, como alagamentos completos, fome(s) intensas, violências insondáveis, não-democracia. Se fisgarmos o que Donna Haraway (2016) se refere quando afirma haver mais refugiados do que refúgios, principalmente no contexto das mudanças climáticas, talvez emerja daí questões acerca tanto da inviabilidade, quanto da necessidade de fugir, ao mesmo tempo. Nesta perspectiva,

Em 1951, ocorreu uma reunião no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) para a discussão e a definição sobre o estatuto do refugiado, denominada de “Convenção de 1951”. Nessa Convenção, o termo foi definido e é utilizado até hoje nesses mesmos parâmetros. Ao ser concedido o *status* de refúgio para o indivíduo que foi forçado a deixar seu país, ele será amparado legalmente pelo Estado e gozará de plenos direitos também previstos nesta Convenção. (VETTORASSI; ORZETE, 2021, p.25).

É importante dizer que para a Convenção da ONU de 1951, alguém poderia ser forçado a deixar o lugar de sua origem por perseguições acerca da religião, grupos sociais ou nacionalidades e, desta forma, poderia não querer voltar ou ser impedido de. Foi em 1985, com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que nascia o termo refugiado climático ou ambiental, designando “aquele que se desloca frente a uma perturbação climática que ameaça sua vida” (VETTORASSI; ORZETE, 2021, p. 29). No entanto, este termo, que articula ao mesmo tempo elementos jurídicos que remetem à situação de exílio no contexto dos Estados-nacionais, e a situações de mudanças ambientais extremas e seus eventos associados, reúne em um mesmo gesto semântico, um conjunto de problemáticas aparentemente dissociadas. Em vista disto, convém questioná-lo, indagar suas possibilidades de nomeação e construção de sentidos.



Encarar as palavras “refugiados” e “climáticos” ou “ambientais” em seus âmagos, traz à tona significações que ainda nos separam, nos rompem e vai de encontro ao que não nos pertence e, portanto, pertence ao outro. Reconhecer que quando falamos ou ouvimos o termo “refugiados climáticos” não nos vemos neles, leva-nos a caminhar no sentido de que não há tanta seca em nosso sertão, tanta fome em nossas geladeiras, nem tantos deslizamentos sob nossos telhados e, ainda assim, somos atingidos pelo estresse *ambiental* que se dá no cotidiano de nossas vidas.

Face ao conflito de alguns de nós não nos sentirmos incluídos pelo ambiente, apesar de sê-lo, além de uma descrença no termo “ambiental” face à sua desvalorização frente às ações imediatas necessárias, consideramos valioso abrimo-nos como um leque a fim de ouvir as mudanças climáticas, não só como alterações nos milímetros das chuvas, ou como estiagens estreantes em lugares nunca vistos, mas, também, as alterações que permeiam terra, água, fogo e ar.

Desde que a recente pandemia de COVID-19 nos aproximou de perguntas sobre nós e os acontecimentos experienciados, estabelecemos uma crise do não-saber, daquilo que é imprevisível em seu sentido pragmático, a olhos e ouvidos nus. Em 2020, lançamos mão de uma lupa delimitadora do olhar que, ao mesmo tempo que esgarça, restringe: onde estão os refugiados ambientais? Que é ambiental? Que é considerado perigo iminente contra a vida? Que é necessário para nos mantermos vivos? Que é vida? Ainda que a vulnerabilidade atinja de forma avassaladora às pessoas que vivenciam uma guerra, uma inundação ou um deslizamento de terra, as perguntas que surgem não são para relativizar suas dores, mas, antes, para incluir os que estão ‘do lado de fora’ deste crivo.

Ana Patrícia Noguera e Jaime Piñeda (2014), filósofos colombianos, afirmam que a crise da qual compartilhamos é uma *crise de vida* que, inclusive, poderia ser nomeada de crise ambiental. Neste sentido, poderíamos entender que o pós-2020 seria, em sua essência, uma crise ambiental sem precedentes, ou o aprofundamento abismático da mesma crise na qual já estamos. Estruturas sociais, culturais, econômicas, linguísticas, geográficas, políticas, poéticas, éticas e, a própria vida, estão em crise. Se para uma crise é buscado um atravessamento, nesse contexto, a *renovação* da vida se faz urgente. Portanto, para nós, que ainda estamos vivos, após dois anos do início da pandemia, há um esforço latente em sobreviver, e permanecer vivos. Assim, em inúmeras possibilidades previsíveis (e imprevisíveis), todos nos encontramos na experiência da sobrevivência, onde é preciso, mais uma vez, *reinventar* para sobreviver.



Segundo Donna Haraway, já tivemos perdas irreparáveis no contexto de crises que vivemos (HARAWAY, 2016). Neste momento, alguns acontecimentos nos ocorrem e as mais de cinco milhões de pessoas mortas no mundo em decorrência da COVID-19 (NEW YORK TIMES, 2021) nos balançam em terreno firme. No entanto, quando dizemos morte, nos referimos às *experiências do morrer e viver*, as quais a pandemia nos impôs de modos coletivos e individuais. Neste sentido, estamos propondo um encanto: o que acontece quando reconstruímos o sentido da experiência tomando como primeiro passo a mudança das palavras que dizemos? Como encanto, sim, mas também como um ato fundador daquilo que se diz.

Filósofa portuguesa de ascendência africana (São Tomé e Príncipe e Angola), Grada Kilomba (2019), em seu livro ‘Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano’, relata a necessidade de observarmos com atenção quais palavras escolhemos para dizer o que queremos falar, já que há uma dimensão política (e poética) na língua e que isso cria lugares de identidades: “No fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é o que pode representar a verdadeira condição humana” (KILOMBA, 2019, p. 14).

É, talvez por isso, que não nos vemos neles, nos refugiados climáticos. Nos sentimos do outro lado da linha (epistemológica?) que nos separa. No entanto, ao caminharmos em direção a eles, descobrimo-nos e percebemos que também não fazemos parte do movimento de identificação com o lugar que ocupamos, a ponto de estarmos em risco de morrer. Será necessário a reconstituição da experiência a fim de que sobrevivamos e, para isto, se faz urgente um pouso, não para o descanso e sim para que possamos olhar mais de perto aquilo que se apresenta.

Nesta aterrissagem, um Marte em exílio, localizado no mapa daqueles que escrevem, acende a faísca da experiência. É curioso recordar que o planeta, quando está exilado, ocupa um lugar que, a princípio, não é o seu, por natureza e, portanto, apresenta-se debilitado. Ainda que estivesse em Libra e, portanto, com as armas do diálogo e das ideias longínquas, haveria que aprender a dançar (a rebolar), como se fosse a própria Vênus dançarina. Podemos enxergar o exílio também como a saída de alguém de seu país (seu lugar) forçadamente. Gostaríamos de jogar outras dimensões do perceber o exílio e o encarar como sendo, talvez, uma possibilidade de *experiência* e sobrevivência, portanto, de renovação da vida.

É preciso *reencantar* para sobreviver.



O que aconteceria, deste modo, se passássemos a dizer *exílio ambiental* para isso que vemos aparecer em nossos quintais, em nossos próprios corpos? Para as enchentes, as violências, as injustiças? Seria abertura? Incitaria desdobramentos na permanência da vida?

Há quem diga que oferecer outros nomes para as coisas é simbólico, apenas. No entanto, o pensador ambiental latino-americano Enrique Leff (2020) sugere que a metafísica, por exemplo, separa o Simbólico e o Real, o que se desdobra, inclusive, no desaparecimento da vida. O modo como habitamos ‘nosso chão’ ainda reafirma, metafisicamente, nossa presença no mundo. Nós, pessoas. Não nos referimos a algo que seja maior, que nos encobre, mas também isso. Nos referimos ao encanto de um rodopio no meio do salão, uma palavra fincada em terra firme: Um dia depois do outro.

É preciso permanecer. Deixar de ser. Ocupar os vãos. E aqui estamos nós, com uma dose de palavras-encanto para que sobrevivamos como vozes que existiram. Um reencanto acontece.

Reencantar (a palavra) para viver

No momento em que escrevemos este texto, Vênus, nome dado pelos romanos à deusa grega Afrodite, retrograda de tempos em tempos. Dizem alguns astrólogos que *retrógrado* não é, exatamente, a melhor palavra para descrever esse momento, mas é a que foi escolhida por nossos antepassados. Da perspectiva do planeta Terra, a Vênus ‘anda para trás’, no entanto, isso poderia ser um exagero visual do ser humano ou até uma ilusão de ótica, se consideramos nosso planeta esférico, como ele o é.

É curioso notar que a retrogradação de Vênus se funda em algo que afirma a urgência do resgate de nossos prazeres para que possamos sobreviver. É de *sobrevivência* e *encanto* que ela fala quando se coloca como fonte mantenedora da vida. Como se, sem magia, fôssemos minguando, insistentemente.

Ao mesmo tempo em que Vênus faz seu movimento de retrogradação, a paisagem das regiões bem irrigadas dos mares de morros, há aproximadamente mil metros de altitude de Nazaré Paulista (São Paulo), testemunha o vai-e-vem para a Escola Estadual Clélia de Barros Leite da Silva, localizada no bairro rural do Cuiabá. Todos os dias, é possível sentir o cheiro do atraso indesculpável quando se é professor da escola pública, só pelo movimento da rotina nas estradas logo cedo. Um ônibus que já passou e deixou o ponto vazio, a criança com mochila e máscara que



não está mais na beirada da estrada ou até o pouco movimento no portão da escola. Tudo faz parte do ritual que é entrar em sala de aula e ter a possibilidade de encantamento no giz-apagador.

No entanto, uma indicação nos aparece: Não se usa canetas vermelhas para corrigir palavras soltas quando se escolhe olhar para a história que está sendo contada, mesmo que desconhecida.

Dias desses, corrigindo um texto de um dos alunos, no qual ele falava de como tinha sido sua manhã, antes de chegar à escola, lá, desenhou sua rotina, o café no quadô, o vestir a carça e alcançar a bolsa para subir no ônibus e chegar até sua sala. Em um ímpeto do velho espírito professor embrutecedor¹, a caneta foi empunhada e saiu desferindo nossas vírgulas, nossos “I” (eles), a conjugação completa do verbo coar no presente do indicativo e tantos outros consertos que julgamos apropriados.

Foram noites pensando sobre isso, cogitando a possibilidade de haver uma saída, pela brecha, na qual aquele texto pudesse estar certo em si mesmo, ainda que existisse a norma padrão da escrita em Língua Portuguesa. A insegurança em romper esta expressão do existir, que é a língua que falamos, bateu à porta. No entanto, hoje, emprestamos o caderno de Chico, reescrevemos seu texto com as possibilidades de pontuações, a mudança nas palavras e, por último, o chamamos para uma conversa no pé do ouvido: Seu texto não está errado. E esta parte que escrevemos em verde é para você ver como tudo isso poderia ser escrito de outra forma.

Ele sorriu atrás da máscara e disse que sempre soube disso.

Quem não sabia éramos nós.

No livro ‘O encantamento do humano: Ecologia e espiritualidade’, Nancy Mangabeira Unger, recebe uma carta de Hélio Pelegrino, um pouco antes de sua prisão em decorrência da ditadura militar que acontecia em 1970, no Brasil. Nesta carta, intitulada ‘Uma carta (comovida) a uma jovem, ele escreve sobre a “dignidade do concreto como sendo o alimento dos homens” (UNGER, 1991, p.18), o que corrobora com a proposta de pautar o reencanto na emergência de um mundo novo, via experiências do cotidiano. Neste sentido, a autora, em seu artigo ‘A morte da bailarina’, chama, como quem roga, outras experiências do pensar para contrastar com nosso modo habitual de pensamento e, desse imbricamento, uma fásca misteriosa há de surgir com sua característica fundamental: A não dominação e suas infinitas possibilidades



Em perspectiva semelhante, outra carta, desta vez de Grada Kilomba à edição brasileira de seu livro, em 2010, dez anos depois de o ter lançado em inglês, assume em diversos momentos muita dificuldade em se expressar na língua portuguesa, sua língua-mãe (KILOMBA, 2019, p.13). Em sua chegada a Berlim, no início do doutorado, percebeu que ali também se contava uma história de colonização (ditadura imperial fascista), no entanto, os sentimentos que brotavam eram culpa e vergonha. Portuguesa que é, sentiu o fisgar por ter vindo de um lugar onde a colonização ainda é glorificada ou negada. Entendeu, ali, que “uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas” (KILOMBA, 2019, p.13).

Neste sentido, Kilomba relata sua experiência (e de outras duas mulheres de ascendências negras/africanas) os diferentes cotidianos racistas que elas vivem e que as calam, as matam, as deixam ‘sem escapatória’. A própria pesquisadora, em um completo envolvimento com a pesquisa, transborda a experiência de ser negra e estar no campo acadêmico alemão.

Falar não é para qualquer um. Muito menos para qualquer uma. Ainda que o professor dos exilados, Paulo Freire, nos diga que “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (FREIRE, 1992, p. 47), a mesma pergunta continua ressoando: O subalterno pode falar? (SPIVAK, 2010).

Para Luiz Simas e Luiz Rufino, autores de ‘Flecha no Tempo’, uma das ações de aniquilamento que a colonização provoca, é a extinção da linguagem, aquela que é uma possibilidade de invenção de outra existência. Os autores nos convidam: “Que tal cruzar a Língua Portuguesa na canoa das palavras inventadas por Riobaldo no Grande Sertãoⁱⁱ ou pelas oralituras das ruas e esquinas?” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 55). Se encararmos a emergência do encanto para sobrevivermos ao que já acontece em nossas mesas, seria este entregue pelas palavras que escolhemos dizer neste momento que é o próprio permanecer na vida.

Na perspectiva da sobrevivência, Kilomba (2019, p. 22) fala enquanto ativista pela permanência do sujeito negro na academia e afirma: “[...] faço isso ou morro”, quando o que se diz na academia sobre as experiências negras não correspondem com o negro que o lê. Não estamos de passagem – viemos para ficar – é o que ressoa quando nos deparamos com a experiência que Kilomba relata em relação à dificuldade de ficar, de permanecer no campo acadêmico, sendo uma voz



proveniente da margem. Neste sentido, o que ela reivindica é a necessidade de falar para sobreviver, enquanto raízes, existência.

Emerge, daí, o poder que se desprende de um discurso fundado naquilo que se vive e, por isso, se sabe, trazendo consigo a potência geradora que é a palavra (SIMAS; RUFINO, 2019). Neste estranho que somos, somos penetrados pelo outro, em sua *alteridade*, e não em uma *Outridade*, o que nos leva a mergulhos frequentes na práxis como radical e pragmática sendo a única manifestação possível (LEFF, 2012, p.54). Disso vem o impulso e, indistintamente, a frase pregada na parede cor-de-rosa salta: “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” (ARENDDT, 1981, pág. 189).

Um reencanto acontece, *incorpora*.

Encontros no exílio

És um senhor tão bonito quanto a cara do meu filho...

Tempo tempo tempo tempo, vou te fazer um pedido...

Tempo tempo tempo tempo...

(Caetano Veloso)

Semanas atrás, um dos alunos do nono ano do ensino fundamental disse, entredentes, que tinha visto ‘uma foto de perfil’ e percebeu uma carta no lugar em frente ao rosto da pessoa: A imperadora. Pediu, insistentemente, para que levássemos o baralho para a escola e em um vacilo inédito, sentimos medo de embarcar nessa experiência. Depois que ‘tiramos’ uma carta para ele, como um oráculo, ele perguntou se “era normal se identificar com essas coisas”. A pergunta retórica foi proferida quase sem reflexão: Mas o que é normal?

Dentre as muitas desestruturações que a pandemia de COVID-19 reverenciou e reafirmou, um duplo borrão se fez entre nós. O primeiro foi a imposição da normalidade com veemência o que se desdobrou na personificação da *Outridade* naqueles que não somos nós (ou não são os nossos) (KILOMBA, 2019). Essa onda emergiu do interior dos últimos dois anos e embora não tenha nascido ali, tal efeito interagiu com bastante força no cotidiano estabelecido no pós-pandemia. O segundo borrão, não sobreposto, mas na esquina ao lado, foi este: O rompimento da noção de



tempo. A falta dos ciclos criados pelo ser humano, das datas comemorativas, dos enterros, verdadeiros rituais para muitas pessoas, da rotina de trabalho, da alimentação etc. A ausência desses marcos, que nos mostrava que a vida estava acontecendo, nos desencarnou coletivamente.

Quando sai nossa carne, o que nos resta?

A deserção do espaço comum, o isolamento, o deserto que cresce são construções que Unger (2009b) nos revela quando afirma que diante de nosso afastamento do tempo e do não compartilhamento com o Outro daquilo que nos faz parte dele, nos exilamos cada qual em seu território e passamos a viver com medo daqueles que chegam “em nosso espaço” e nos tomam de assalto.

Paulo Freire, como já mencionado anteriormente, uma das vozes exiladas em decorrência do regime ditatorial brasileiro, por volta dos anos 1970, escreveu o livro ‘Pedagogia do Oprimido’, vivendo neste lugar de exilado, no Chile (FREIRE, 2021). Estar em exílio é ser empurrado para a realidade ainda que acreditemos que não estamos de posse das nossas verdadeiras capacidades de nos relacionarmos com aquilo que nos acontece. O exílio do planeta Marte em Libra, por exemplo, é oferecer palavras como ferramentas de batalha ao Deus da guerra e, portanto, obrigatório, de certa forma, a lutar com outras armas.

No livro ‘Por uma pedagogia da pergunta’, Paulo Freire e Antonio Faundez (2021, p.19) falam da necessidade de o exilado corresponder em relações distintas com a realidade que se apresenta e as raízes que o sustenta. Sobrevivência e encanto novamente. Encarando a *práxis* como essência daquilo que é pragmático em seu último e, por isso, irrevogável, incontornável fim.

Gostamos de pensar que uma voz exilada se funda na *práxis*, parte fundante da experiência como uma estratégia de sobrevivência. Falar e ser ouvido, é válido lembrar. Neste sentido, Kilomba (2019, p. 59), enquanto nos fala do racismo cotidiano, salienta: “E ao ouvir nossos discursos pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumenta, de ainda sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de ‘chegar’, mas dificilmente podemos ‘ficar’”. O discurso do exilado, daquele que ‘não está no seu lugar natural’, enfraquece e a ocupação daquele espaço é suspensa.

Encarna, escreve, fala, dança, olha, nem que seja como experiência em si mesma, de puro prazer. Encaremos como estratégia de sobrevivência. Neste jogo de capoeira com samba de roda, no final, já somos cobrados a sobreviver. Alguns há gerações e outros, pela primeira vez.



Sobreviver e permanecer no tempo, nós e vocês, diz respeito a nos colocarmos de pelos eriçados quando estamos em terreno que não é nosso, nem dos nossos. Diz também sobre encarnar naquilo que é o cotidiano, o grande mantenedor do mistério, do encanto da vida. A ligação entre nós e a vida que pulsa no chão do *cotidiano*, é um acontecimento que nos impõe de maneira inescapável a luta pela sobrevivência, pela permanência. Encarnar pelo encanto do viver, passa por um tanto de mistério, um tanto de feitiço que encharca nossa carne, coloca-a na terra, no chão, de pé. É um trabalho minucioso e por sê-lo, requer tempo, o mesmo o qual estamos colocando dentro das comportas para nunca mais sair.

Ao nos depararmos com este abismo que é a experiência da sobrevivência em lugares que aparentemente não são nossos e que, ao mesmo tempo, nos são impostos, haja visto os desdobramentos ambientais (crise de vida) no qual estamos vivendo, nos damos conta de que um brilho aparece: *nos encontramos*. Permanecer no tempo e se vincular a ele como necessário para a permanência da vida é *incorporar*.

Poderíamos abrir ainda mais o leque e estar em *exílio*, como quem vive nestes tempos sem escapatória, arriscar-se-ia, neste momento, dizer sobre alguém que está em *dignidade* e seus afazeres são, em sua instância geradora, a experiência como modo de agir, de ser e que considera que “[...] a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade” (KILOMBA, 2019, p. 68), deste modo, ocupando seu lugar no centro, não como retificação de seu lugar de origem, mas sim, de lugar-de-ser.

Era uma terça-feira e os estudantes do terceiro ano do ensino médio se dispuseram a fazer uma caminhada pelo bairro, às 7 horas da manhã. Eram as duas primeiras aulas de filosofia e quando saímos do portão da escola, eles sugeriram que fôssemos até o bar que frequentavam aos domingos, muitas vezes às escondidas. Quando lá chegamos, houve um palpite: vamos até à casa dos escravos? Um quilômetro é o que separa a escola da antiga casa construída pelo povo negro escravizado que lá viveu. Era um dia difícil aquele. Como professora, não consegui dizer uma palavra sobre colonização, escravidão, racismo cotidiano. A turma conversava ao pé do moedor de grãos, giratório, puxado por animais como cavalos ou bois, e por pessoas também. A casa, tijolo por tijolo, desfarelava. Era no meio da mata, depois do riacho. O caminho era quase todo de asfalto quente e quase todos os carros que passavam, buzonavam e acenavam. Os alunos soltavam um “aô!”. Algumas histórias apareceram, a casa do português, a vontade de ir embora do bairro, o



nome do avô da Mili, proprietário daquele sítio, os namoros proibidos. Voltamos para a escola aquecidos pelo sol das 8h45, que mais me lembra os lugares do outro lado do oceano do que a realidade me faz acreditar. Escrevo do lugar de um marte retrógrado em libra em oposição ao sol em áries. Fatalmente minhas palavras não serão tão largas, ainda sim, falo. Os discursos têm memória.

Nós, os exilados ambientais

“A palavra comemora o encontro, o define e o delimita”

(UNGER, 1991, p. 20)

Toda epistemologia é uma história.

Quando os planetas estão caminhando nas raias divisórias do céu, cada qual anda em um signo do zodíaco, por certo período. Cada um no seu tempo. O que acontece, é que neste instante, o signo que dá endereço para Vênus é Capricórnio. Pensa em uma cena: A cabra que sobe a montanha em terreno pedregoso. Será uma caminhada longa, mas ela não se distrai. Pé ante pé, ela ruma para o topo. Resistente. E com beleza.

Isso leva tempo.

Nesta perspectiva, há de se afirmar que nosso terreno pedregoso poderia ser caracterizado pela crise de vida que nos assola em todos suas nuances. Crise esta, que leva consigo as próprias palavras que sopram no ouvido do mundo. Para Leff (2020, p.249), quando ele concorda com Noguera (2014), faz reforço à ligação íntima entre a crise da vida e a crise ambiental. Em suas palavras, “o pensamento humano afetou os cursos da vida, os modos de habitar o planeta e as condições de sustentabilidade da vida”.

É como se para sobrevivermos fôssemos *empurrados* a alargar a vida com nossos barros e letras, não para dominá-la ou substituí-la, mas, antes, para ocuparmos o chão que ela nos dá, sustentando não mais a recusa do mistério, do não-explicável e, sim, sua *práxis*.

Neste sentido, na ânsia de viver, nos colocamos de pé, dispostos à experiência da vida como ação primeira, de essência ambiental. O impulso criativo cria um terreno-comum que nos une de



alguma forma. Assim, poderíamos agora nos vermos dentro de tal crise e, desta forma, mesmo não sendo refugiados climáticos (ainda), nos notamos exilados ambientais.

Colocamo-nos a pergunta-vórtice: E se fôssemos chamados de *exilados ambientais* em vez de refugiados climáticos? A mudança na maneira de dizer poderia recriar a atmosfera da experiência?

Um tom de abertura se forma quando damos outros nomes àquilo que nos acontece. A brecha se alastra de tal forma que, num deslize, estamos (todos nós) juntos no mesmo exílio, e cada um no seu.

Uma vez que somos estrangeiros em nossa própria terra, como exilados ambientais, estar em movimento com o outro, reconhecendo-o em sua estranheza por sermos da mesma carne, nos coloca no mesmo chão e traz o exílio, além de terra-comum, como oportunidade para a dignidade. O encontro de todos com todos aparece.

Um reencanto acontece.

Recebido em: 30/03/2022

Aceito em: 30/04/2022

Bibliografia

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. São Paulo. Folha Carioca Editora. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido** – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 77 ed. Rio de Janeiro. Paz na Terra. 2021.

Faundez, Antonio. FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 77 ed. Rio de Janeiro. Paz na Terra. 2021.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte* | Ano 3. N. 5. 2016. ISSN 2359-4705.

KILOMBA, Grada, 1968. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira – 1. Ed. – Rio de Janeiro. Cobogó. 2019.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.



Coronavirus in the U.S.: **Latest Map and Case Count. New York Times**. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2021/us/covid-cases.html>> Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

NOGUERA, Ana P.; PIÑEDA, J. Cuerpo-Tierra: epojé, disolución humano-naturaleza y nuevas geografías-sur. **Geograficidade**, v. 4, n. 1, p. 20-29, 2014.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papiрус, 1994.

SILVA, Franklin L. Martin Heidegger e a técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007.

SIMAS, Luiz. RUFINO, Luiz. **Flecha no Tempo**. 1 ed. Rio de Janeiro. Mórula. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNGER, Nancy M. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. Edições Loyola. São Paulo. 1991.

UNGER, Nancy M. A morte da bailarina. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 7, p. 157-166, 2009a.

UNGER, Nancy M. Crise ecológica: a deserção do espaço comum. **Educação e Realidade**, v. 1, p. 147-158, 2009b.

Vettorassi, Andréa e Orzete Amorim. 2021. Refugiados ambientais: reflexões sobre o conceito e os desafios contemporâneos. **Revista de Estudios Sociales** 76: 24-40.

i Jaques Rancière chama de embrutecimento a educação que não se trabalha no sentido da emancipação intelectual e que, ao invés disso, restringe as possibilidades de atuação do aluno frente ao ensinar e aprender presentes no cotidiano da escola (RANCIERE, 2013).

ii Referência a obra literária "Grande Sertão Veredas", de Guimarães Rosa.